

Canal Energia – 26/05/2011

MP 517: RGR foi debatida pelo Senado antes de decisão na Câmara

http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Regulacao_e_Politica.asp?id=83382

Enquanto o governo pretende manter o encargo, entidades posicionaram-se fortemente pelo fim da cobrança, que mantém pagamento adicional estimado de R\$ 2,5 bilhões para os consumidores

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

No mesmo dia em que a sessão da Câmara dos Deputados aprovou a MP 517, que estabelece uma série de medidas que afetam o setor elétrico, a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal realizou audiência pública para debater a MP, que inclui a prorrogação da Reserva Global de Reversão para até 2035. A extensão da RGR, que deveria ter sido extinta no ano passado, foi um dos pontos incluídos na medida. Enquanto o governo pretende manter o encargo, entidades posicionaram-se fortemente pelo fim da cobrança, que mantém pagamento adicional estimado de R\$ 2,5 bilhões para os consumidores. Após a aprovação pela Câmara, o Senado Federal analisará a medida.

Durante a audiência pública, o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann defendeu a prorrogação do encargo e pediu que os senadores avaliem a questão com cuidado. Ele lembrou que 59% dos recursos da RGR, cerca de R\$ 1,5 bilhão ao ano, são aplicados no programa Luz Para Todos. No entanto, o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, Paulo Pedrosa, e o presidente do **Instituto Acende Brasil**, **Claudio Sales**, defenderam a extinção da cobrança.

As entidades argumentaram que há uma grande falta de transparência nas informações sobre a RGR e que os consumidores têm o direito de saber o que é feito com os recursos pagos por eles. Além disso, o encargo, ainda de acordo com as entidades, é um custo desnecessário na composição final do preço da energia, contribuindo para que ela fique entre as mais caras do mundo, fazendo com que a indústria perca competitividade. Elas afirmaram ainda que a prorrogação não é necessária para garantir o Programa Luz Para Todos, já que a prorrogação vai até 2035, enquanto o programa tem previsão para término este ano. Além disso, os recursos já disponíveis no fundo são mais do que suficientes para atender as ligações que ainda são necessárias.

Sales, do **Instituto Acende Brasil**, lembrou que os tributos e encargos representam 45% da conta de luz. Segundo ele, se a RGR for extinta, a conta de luz dos brasileiros vai ficar 1,5% mais barata. Para o presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia, Manoel Mesquita Neto, o deputado João Bacelar (PR-BA), relator da MP 517, acabou de perder uma oportunidade muito importante de reduzir os custos da energia dos consumidores brasileiros. "A RGR não pode ser prorrogada. O governo precisa aproveitar essa oportunidade para aliviar, pelo menos um pouco, o custo da energia para os consumidores brasileiros", alertou Neto.

O executivo disse ainda que a prorrogação do encargo destoa completamente das preocupações demonstradas por vários membros do governo em termos de

modicidade tarifária e competitividade do país. "Esse caminho só poderá ser alcançado com a desoneração da energia e a reversão da lógica perversa que colocou as contas de luz dos consumidores brasileiros entre as mais altas do mundo", avaliou Neto.

Na avaliação do Conselho de Consumidores, outro problema da MP 517 é a prorrogação do prazo do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia. "Cálculos da associação de grandes consumidores de energia e da Aneel indicam que esses projetos custarão cerca de R\$ 200 milhões por ano a mais aos consumidores brasileiros", lembrou Neto, acrescentando que essa diferença se deve ao atual preço do mercado de energia eólica (da ordem de R\$ 140/MWh) e os preços aos projetos contratados por meio do Proinfa (R\$ 282/MWh).

Com informações das agências Senado e Brasil